

Gestão ambiental no IFRN: uma análise do projeto Campus Verde no Campus Nova Cruz

Environmental management at the IFRN: an analysis of the Green Campus project at the Nova Cruz Campus

DOI: 10.55905/ijsmvtv9n3-007

Recebimento dos originais: 02/06/2023

Aceitação para publicação: 03/07/2023

Ana Alice Lima dos Santos

Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Instituição: Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Endereço: Avenida José Rodrigues de Aquino Filho, nº 640, RN 120, Alto de Santa Luzia, Nova Cruz – RN, CEP: 59215-000

E-mail: alice.lima@ifrn.edu.br

Cleonilson Mafra Barbosa

Doutor em Ciências e Engenharia de Materiais

Instituição: Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Endereço: Avenida Senador Salgado Filho, Nº 1559, Tirol, Natal – RN, CEP: 59015-000

E-mail: cleonilson.mafra@ifrn.edu.br

Rafael Rodrigues da Silva

Doutor em Administração

Instituição: Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Endereço: Avenida José Rodrigues de Aquino Filho, nº 640, RN 120, Alto de Santa Luzia, Nova Cruz – RN, CEP: 59215-000

E-mail: rafael.rodrigues@ifrn.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de forma comparativa as ações sustentáveis oriundas do Projeto Campus Verde no Campus Nova Cruz do IFRN, a partir da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), identificar e caracterizar essas ações, avaliar sua adequação à A3P e propor possíveis melhorias. Diante de diversas ações voltadas à preservação ambiental ao longo das décadas, percebe-se que a sustentabilidade está cada vez mais presente na sociedade, fazendo com que as organizações se adaptem para minimizar os impactos de suas atividades na natureza. Dessa forma, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo para realização desse levantamento e execução da análise. Os resultados apontaram que o Campus Nova Cruz desenvolve ações sustentáveis de acordo com os eixos temáticos da A3P, no entanto, o passo a passo para inclusão dessa Agenda no IFRN necessita de melhorias, principalmente na realização do diagnóstico inicial e monitoramento e

avaliação das ações. Assim, verificou-se fragilidades na efetivação da política socioambiental no IFRN para que o Projeto Campus Verde se torne um programa institucional.

Palavras-chave: A3P, recursos naturais, responsabilidade socioambiental.

ABSTRACT

The present work aims to comparatively analyze the sustainable actions arising from the Green Campus Project at the Nova Cruz Campus of the IFRN, based on the Public Administration Environmental Agenda (A3P), identify and characterize these actions, assess their suitability for A3P and propose possible improvements. Faced with several actions aimed at environmental preservation over the decades, it is clear that sustainability is increasingly present in society, causing organizations to adapt to minimize the impacts of their activities on nature. Thus, bibliographic, documentary and field research were used to carry out this survey and carry out the analysis. The results showed that the Nova Cruz *Campus* develops sustainable actions according to the thematic axes of A3P, however, the step by step to include this Agenda in the IFRN needs improvements, mainly in carrying out the initial diagnosis and monitoring and evaluation of actions. Thus, there were weaknesses in the implementation of the socio-environmental policy in the IFRN so that the *Campus Verde* Project becomes an institutional program.

Keywords: A3P, natural resources, socio-environmental responsibility.

1 INTRODUÇÃO

A história sempre foi marcada pelo intenso uso dos recursos naturais como matéria-prima para o crescimento da economia e, conseqüentemente, prosperidade das nações. No entanto, esses recursos são esgotáveis, necessitando de um uso racional para garantir que ainda existam no futuro.

Mesmo sabendo-se da finitude desses recursos, só a partir da década de 1970, com a aceleração da industrialização, que se começou a discutir a degradação ambiental como um problemaglobal. Nessa época, foram firmados os primeiros acordos internacionais, sendo debatidos pelo mundo projetos e modelos de caráter sustentáveis, com o intuito de se combater as causas e minimizar os danos já visíveis à natureza. O mais notável deles foi o Relatório de Brundtland (NossoFuturo Comum), produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, daOrganização das Nações Unidas (ONU) em 1987. Ele traz o conceito de desenvolvimento sustentávelmais citado e universalmente aceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente,

sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991).

Essa tendência mundial já foi incorporada à Constituição brasileira em 1988, que diz em seu Artigo 225º: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (Brasil, 1988). Dessa forma, é necessária a inclusão da temática ambiental nas mais diversas esferas para que haja conscientização da população para que esse direito seja garantido.

Diante de diversas ações voltadas à preservação ambiental, percebe-se que a sustentabilidade está cada vez mais presente na sociedade, fazendo com que as organizações se adaptem para minimizar os impactos de suas atividades na natureza. Esse avanço da conscientização ecológica resultou na criação de instrumentos normativos e órgãos reguladores das atividades organizacionais para monitorar e/ou amenizar esses impactos, estando a responsabilidade socioambiental presente no planejamento de grande parte das organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a responsabilidade socioambiental é um de seus valores institucionais, ou seja, um dos valores essenciais que inspiram o comportamento das pessoas que nele atuam, estando presente tanto em seu Projeto Político Pedagógico, quanto em suas atividades administrativas, tendo como instrumento de gestão ambiental de sua política socioambiental o “Projeto *Campus Verde*”.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi analisar de forma comparativa as ações sustentáveis oriundas do Projeto *Campus Verde* no *Campus Nova Cruz* do IFRN, a partir da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), identificar e caracterizar essas ações, avaliar sua adequação à A3P e propor possíveis melhorias.

O trabalho está segmentado em: introdução, onde foi feita a contextualização do problema e apresentação dos objetivos; o referencial teórico, trazendo as discussões presentes na literatura e documentos oficiais sobre a gestão ambiental nas organizações públicas, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e o Projeto *Campus Verde*; os procedimentos metodológicos, descrevendo o local de pesquisa e a

metodologia adotada; a apresentação e análise dos resultados encontrados durante a pesquisa e as considerações finais, onde é apresentada as conclusões obtidas, limitações e proposições de melhorias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

A gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental (Tinoco e Kraemer, 2004). É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades.

A descoberta da proteção ambiental como política específica modificou, significativamente, a disposição das organizações nos diversos níveis de atuação do Estado. A partir do instante em que esse fator foi considerado, houve uma reestruturação e transformação do cenário político, resultado do debate sobre as questões ambientais e uma consequente inclusão de novas entidades no processo, como institutos ambientais, associações, e órgãos públicos de preservação do meio ambiente (Frey, 2000).

De acordo com a Agenda 21 Global, todos, sobretudo as instituições públicas, são responsáveis pela gestão sustentável do meio ambiente. Assim, baseada nesse plano de ação, no princípio oito da Declaração do Rio 92 e na Declaração de Johannesburgo, foi criada a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (Santos, 2014). Esses documentos afirmam que os países devem estabelecer e promover o exame e fixação de novos padrões de sustentabilidade, através de políticas públicas e estratégias que permitam novos referenciais de produção e consumo, bases para o desenvolvimento sustentável (Kruguer *et al.*, 2011).

Assim, como grande usuária de recursos naturais, bens e serviços em todas as suas atividades, a administração pública assume um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade socioambiental, a partir de sua capacidade indutora e regulamentadora de novas práticas e padrões (Brasil, 2009).

2.1.1 Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P

A responsabilidade socioambiental é entendida como um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs para avanço em direção à sustentabilidade, com a admissão de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos com os quais a organização se relaciona: funcionários, fornecedores, clientes, sociedade, Estado, entre outros, direta ou indiretamente, relacionados e afetados por ela – *stakeholders* (Brasil, 2009; Ribeiro *et al.*, 2015).

Nessa perspectiva, a A3P foi criada pelo Ministério do Meio Ambiente com o objetivo implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública. O programa tem como princípios a inclusão de critérios socioambientais nas atividades regimentais, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo até a uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais usados, como também a promoção da melhoria da qualidade de vida no trabalho (Brasil, 2009).

A agenda possui cinco eixos temáticos prioritários sendo suas ações baseadas pela política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos, conforme o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Eixos temáticos da A3P

Eixos temáticos	
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
Gestão adequada dos resíduos gerados	A gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.
Sensibilização e capacitação dos servidores	A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.

Licitações sustentáveis	A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.
-------------------------	--

Fonte: Adaptado de Brasil (2009).

Para implantação da A3P na instituição são indicadas a realização de um diagnóstico da instituição, desenvolvimento de projetos e programas para implantação e sensibilização e realização de avaliação e monitoramento.

- 1º Passo – Criação da comissão: criar uma Comissão Gestora que ficará responsável de sensibilizar os gestores sobre a importância da implantação do programa e fazer o planejamento, implantação e monitoramento das ações. Deverá, sempre que possível, ser composta por pessoas de todas as áreas da instituição. Deve ser institucionalizada por meio de instrumento legal pertinente (Brasil, 2009);
- 2º Passo – Diagnóstico: fazer um levantamento de dados sobre a situação socioambiental da instituição. Através do diagnóstico pode-se identificar os pontos críticos; avaliar os possíveis desperdícios em relação ao consumo e os impactos ambientais gerados pela postura dos funcionários; fazer um levantamento do consumo dos recursos naturais e materiais de expediente além de mapear os gastos da instituição (Brasil, 2009);
- 3º Passo – Projetos e atividades: elaborar um Programa de Gestão Socioambiental. O programa deve estabelecer, de forma documentada, os objetivos, as ações que serão implementadas e as metas. É recomendável que os objetivos sejam específicos e as metas mensuráveis para que se possa obter uma base de avaliação futura com vistas a melhoria contínua. Nesta fase é importante identificar a necessidade de capacitação nas áreas de maior prioridade além de promover a conscientização e sensibilização de todos os funcionários para a importância da implantação da A3P (Brasil, 2009);
- 4º Passo - Mobilização e sensibilização: a Comissão deve desenvolver um Plano de Sensibilização que contenha as ações que serão implementadas durante o ano como campanhas, cursos, publicação de material educativo entre outros, bem

como as estratégias de comunicação para os diferentes setores como servidores e funcionários da limpeza. A mobilização deve ser permanente e contínua, pois a mudança de hábitos depende do envolvimento de cada indivíduo (Brasil, 2009);

- 5º Passo – Avaliação e monitoramento: A Comissão deverá realizar avaliações e monitoramento do desempenho ambiental de forma periódica, com intuito de fornecer informações quanto à eficiência e eficácia do projeto. Através da avaliação e monitoramento é possível verificar o desempenho das ações; identificar falhas e pontos de melhoria e replanejar as atividades que não estão alcançando os resultados esperados (Brasil, 2009).

O Ministério do Meio Ambiente sugere aos interessados na implantação da A3P a sua institucionalização por meio da assinatura do Termo de Adesão que tem por objetivo somar esforços para desenvolver projetos para implementação da agenda. A assinatura do termo evidencia o compromisso da instituição com a agenda socioambiental e transparência na gestão (Brasil, 2009).

2.2 PROJETO CAMPUS VERDE

Ao entender o papel relevante da Administração Pública na proteção ambiental devido à aquisição dos materiais necessários ao desenvolvimento de suas atividades e à prestação de serviços, essa responsabilidade se torna efetiva com a elaboração de um Sistema de Gestão Ambiental institucional direcionado à preservação e conservação do meio ambiente no âmbito do IFRN.

Dessa forma, foi implementado o Projeto *Campus Verde* do IFRN, tendo início em 2011, a partir de pequenas ações, principalmente com a coleta seletiva, com o intuito de instalar essa atividade na Reitoria e expandir para os demais *Campi*. Contudo, surgiram críticas sobre a ideia de sustentabilidade limitada à coleta seletiva, o que ocasionou a sua expansão (Lopes e Moura, 2015).

De acordo com a proposta de implantação disponível no site do IFRN ([201-?]), os objetivos do Projeto *Campus Verde* são:

Geral:

- Implantar uma Gestão Ambiental em cada *Campus* do IFRN de forma sistêmica;

- Implantar um Plano de Gerenciamento de Resíduos tendo como principal meta a coleta seletiva solidária nos *Campus* do IFRN com a doação do material reciclável descartado às associações e cooperativas de catadores de recicláveis.

Específicos:

- No plano de gerenciamento de resíduos: caracterizar e quantificar os resíduos sólidos; implantar a coleta seletiva de papel, plástico e lixo eletrônico; destinar de maneira responsável os resíduos decorrentes das atividades institucionais, encaminhando o material para as associações ou cooperativas de catadores; substituir o uso de copos descartáveis por canecas de uso individual; Gerenciamento de resíduos de serviço de saúde (PGRSS); prevenção na geração de resíduos;
- Promover programas de educação ambiental tendo como principais focos: promover atividades de sensibilização dos funcionários (terceirizados), aluno e servidores (professores e técnicos-administrativos) quanto à necessidade e importância da participação na coleta seletiva; formar multiplicadores ambientais responsáveis, no que diz respeito às práticas de minimização de resíduos e respeito ao meio ambiente; promover ações que possam ajudar Projetos de Ação Social.
- Elaborar e desenvolver Projetos de Extensão Sustentável com o envolvimento dos professores, alunos e comunidades carentes.
- Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Promover a contratação pública sustentável (Decreto 7.746/12);
- Elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (IN 10/2012).

Ainda de acordo com essa proposta, uma Comissão deve ser designada em cada *Campus* e uma Comissão Sistêmica (que atuará como intermediadora entre as comissões) por meio de portaria com o intuito de implantar e supervisionar ações propostas pelo projeto.

É sugerido que as comissões dos *Campi* sejam compostas por professores, técnicos-administrativos, alunos, servidores terceirizados e outros que possam colaborar com as ações a serem desenvolvidas no *Campus* (IFRN, [201-?]).

Entre as ações propostas no planejamento estão:

- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: separação de papel, lixo eletrônico, pilhas e baterias e demais resíduos não recicláveis. Registro em peso ou em número de caixas e sacos, a quantidade de material coletado para monitoramento da coleta seletiva solidária. Coletores específicos para lixo eletrônico, pilhas e baterias. A coleta externa será feita pelas associações e cooperativas de catadores. Todo o material reciclável coletado pelos funcionários da limpeza será armazenado nos coletores que serão dispostos em uma localização mais afastada da entrada do prédio. Incentivar e auxiliar na produção do composto através do reaproveitamento dos resíduos orgânicos descartados pela Cantina do *Campus*. Produção de sabão a partir do óleo de cozinha usado na cantina do *Campus*. Distribuição a todos os servidores, terceirizados, bolsistas e estagiários, canecas ou *squeezer* para que eles possam utilizar no ambiente de trabalho eliminando o uso do copo descartável (IFRN, [201-?]).
 - Contratação Publica Sustentável (Decreto 7.746/12): Promover de forma sistêmica a aquisição de bens, que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade nos instrumentos convocatórios do IFRN (IFRN, [201-?]).
 - Programa de Educação Ambiental: Elaborar um programa de educação ambiental a partir de ações como: inserção da dimensão ambiental nos programas de integração dos novos professores, colaboradores, servidores e alunos; apresentação da política ambiental em disciplinas básicas dos cursos, contemplando a informação e participação nos programas de ensino; comemoração da semana ambiental de forma integrada em todos os setores; disponibilidade de informações sobre o combate ao desperdício nos diferentes setores; criação de procedimentos e padronização com o material de divulgação; criação de um banco de dados relacionado a ações do projeto; implementação de programas de capacitação dos colaboradores (IFRN, [201-?]).
- Entre os projetos descritos estão:
- Energia: Elaboração de um projeto base de energia renovável que será implantado nos *Campus* para amenizar o impacto com a energia elétrica (IFRN, [201-?]);

- Água: Elaboração de um projeto base que será implantado nos *Campus* para amenizar o gasto com água e sua possível reutilização (IFRN, [201-?]);
- Engenharia/arquitetura: diretrizes projetuais formais e espaciais; eficiência energética na construção e sua manutenção; aproveitamento de estruturas pré-existentes; uso de materiais ecologicamente corretos; e planejamento territorial envolvendo a proteção de contornos naturais.
- Desenvolvimento de Projetos de Extensão Sustentável: apoio ao desenvolvimento de Projetos de Extensão junto aos professores, alunos, servidores e comunidades carentes, no intuito de criar uma sensibilização ambiental e social (IFRN, [201-?]);
- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): implantação de forma sistêmica da A3P, programa que visa a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais em organizações públicas (IFRN, [201-?]).
- Plano de Gestão de Logística Sustentável (IN 10/2012): Elaboração de um processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado (IFRN, [201-?]).

O planejamento da divulgação do projeto é através do e-mail institucional dos servidores; cartaz de divulgação próximo ao local do ponto eletrônico; palestras de sensibilização e conscientização; jornal interno da Instituição; criação de *Home Page* para o projeto, com todas as informações necessárias sobre o projeto; além da inclusão de um *link* no sítio do IFRN onde os servidores poderão fazer contato (IFRN, [201-?]).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O local de estudo escolhido para realização da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – *Campus* Nova Cruz, localizado na Avenida José Rodrigues de Aquino Filho, 640, Nova Cruz/RN, aproximadamente 100km da capital.

O *Campus* teve sua sede inaugurada em 2010 e conta com os cursos técnicos em administração (subsequente e integrado), informática (integrado) e química

(subsequente e integrado); e os cursos superiores de Tecnologia em Processos Químicos e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, que tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos, conforme Gil (2002); e um estudo de caso que, segundo Vergara (2004) “[...] é o circunscrito a uma ou poucas unidades [...]. tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo”.

Como técnicas de pesquisa foram utilizadas:

- Pesquisa bibliográfica e documental: artigos, livros, teses e dissertações e em documentos oficiais do governo e do IFRN;
- Pesquisa de campo: levantamento das ações sustentáveis desenvolvidas no *Campus Nova Cruz* do IFRN.

O trabalho consistiu em uma análise comparativa entre a A3P e o Projeto *Campus Verde* do IFRN, especificamente nas ações do *Campus Nova Cruz*.

Esse Projeto é institucional, contudo, cada *Campus* possui sua comissão local que é responsável pelas ações desenvolvidas na unidade, sendo coordenadas pela Comissão Central, formada por servidores da Reitoria.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A implementação da A3P no IFRN foi uma das propostas planejadas pelo Projeto *Campus Verde*, tendo seu Termo de adesão firmado em 2013 pelo IFRN e o Ministério do Meio Ambiente, pelo prazo de cinco anos, não prorrogáveis. No *Campus Nova Cruz* e nos demais *Campi*, as ações sustentáveis começaram a ser implantadas oficialmente no ano de 2013.

4.1 AÇÕES SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO IFRN-CAMPUS NOVA CRUZ

De acordo com os eixos temáticos da A3P, são desenvolvidas pelo *Campus Nova Cruz* as ações descritas a seguir:

- **Uso racional dos recursos naturais e bens públicos:** Conscientização dos servidores com o uso do ar-condicionado na temperatura $\geq 22^{\circ}\text{C}$ (Figura 1);

Figura 1 – Aviso sobre temperatura mínima a ser utilizada nos ambientes do *Campus*



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Substituição de lâmpadas fluorescentes por de LED (Figura 2);

Figura 2 – Lâmpadas de LED trocadas pela COSERN.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Impressões em frente verso para economia de papel (sem registro); Redução de copos descartáveis com o uso de canecas (Figura 3);

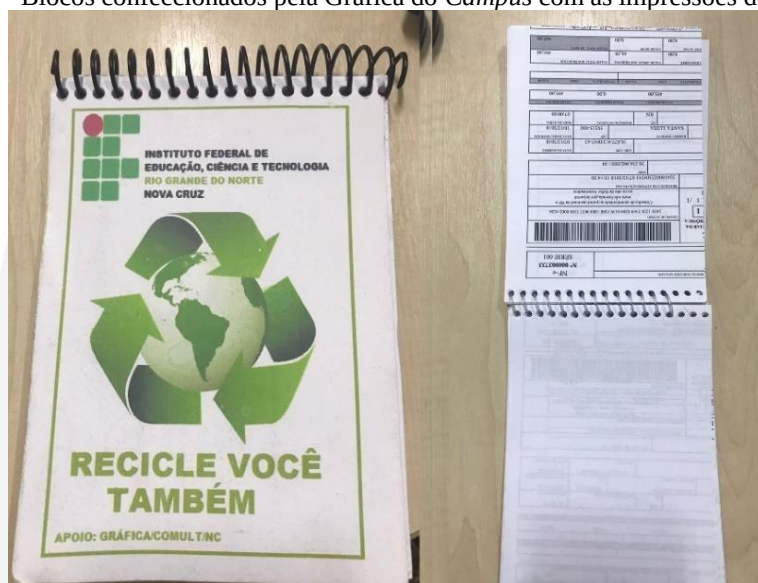
Figura 3 – Caneca do Projeto *Campus Verde* distribuída entre os servidores.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Reutilização de impressões danificadas como blocos de anotações para os servidores (Figura 4);

Figura 4 – Blocos confeccionados pela Gráfica do *Campus* com as impressões descartadas.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Reutilização da água da chuva para irrigação do gramado do campo de futebol e limpeza; egeração de energia a partir da usina fotovoltaica instalada no estacionamento do *Campus* (Figura 5).

Figura 5 – Placas fotovoltaicas instaladas no estacionamento do *Campus* para geração de energia.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

- **Gestão adequada dos resíduos gerados:** Lixeiras de coleta seletiva distribuídas pelos corredores do *Campus* (Figura 6). O *Campus* não possui convênio/contrato com nenhuma associação/cooperativa de catadores, os resíduos são recolhidos pela Prefeitura do município;

Figura 6 – Lixeiras para coleta seletiva.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Ecoponto específico para recolhimento de pilhas e baterias (Figura 7), os itens recolhidos são deixados periodicamente na Reitoria para destinação final;

Figura 7 – Ecoponto para recolhimento de pilhas e baterias descartadas.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Lixeiras específicas sinalizadas para resíduos hospitalares no setor de saúde, que posteriormente são recolhidas por empresa especializada contratada pelo *Campus* (Figura 8);

Figura 8 – Lixeiras para resíduos hospitalares do setor de saúde do *Campus*.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Sala de esterilização de material químico utilizados nos laboratórios do *Campus* (Figura 9);

Figura 9 – Sala de esterilização de resíduos utilizados nos laboratórios.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

E a fábrica de sabão ecológico, iniciada como projeto de extensão para reciclagem de óleo da cantina, o trabalho evoluiu e já conta com doações de óleo de vários estabelecimentos do município e construção de uma fábrica dentro do próprio *Campus* (Figura 10).

Figura 10 - Fábrica de sabão ecológico do *Campus*.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

- **Qualidade de vida no trabalho:** as ações de qualidade de vida no trabalho no IFRN não são coordenadas pela comissão do Projeto *Campus Verde*, mas pela Diretoria de Gestão de Pessoas, o qual publica edital anualmente para cada *Campus* submeter o seu projeto.
- **Sensibilização e capacitação dos servidores:** A sensibilização dos servidores é deficitária, ainda mais depois que diminuiu a atuação da Comissão Central, todos os anos é difícil encontrar voluntários para compor a Comissão Local.
- **Licitações sustentáveis:** o IFRN prioriza aquisição de bens e serviços sustentáveis em suas licitações tanto nas sistêmicas, quanto nas feitas individualmente pelos *Campi*.

4.2 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

O *Campus Nova Cruz* do IFRN vem desenvolvendo ações sustentáveis desde a implantação do Projeto *Campus Verde*, no entanto, a maioria delas foram propostas pela Comissão Central e mesmo assim falta monitoramento e avaliação da efetividade delas.

O problema começa desde a Comissão, que só é composta por docentes e técnicos-administrativos, não tendo representação de alunos e terceirizados, o que já restringe a construção coletiva de ações que abarquem toda a comunidade.

Não há destinação para reciclagem dos resíduos recolhidos no *Campus*, pois não existe contrato/convênio com associação/cooperativa para esse fim, ou seja, o lixo separado é misturado com todo o resto quando é recolhido pela Prefeitura do município.

Não há registro de quanto se economizou com a suspensão do uso de copos descartáveis e diminuição do ar-condicionado, tampouco fiscalização se a temperatura definida é respeitada. Só há registro atualizado da produção da usina fotovoltaica.

As ações do *Campus* não constam no site do Projeto, somente uma Portaria com a vigência expirada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A A3P visa a inclusão da questão socioambiental no cotidiano da instituição e na promoção da qualidade de vida no trabalho e o IFRN desde que firmou seu Termo de Adesão não cumpriu com todos os passos necessários para a efetiva implantação da Agenda no Instituto.

Não foi realizado um diagnóstico inicial da instituição para identificar os aspectos socioambientais relevantes; a Comissão Central foi criada, mas atuou efetivamente por pouco tempo, foi quando os *Campi* receberam camisas, canecas, *squizzers*, ecopontos e outros. Isso tem pelo menos cinco anos, muitos servidores e alunos novos chegaram, cursos e laboratórios foram criados, mas essas ações não foram renovadas. Não se observa ações significativas de mobilização e sensibilização para promoção do desenvolvimento sustentável, já há alguns anos não há eventos sobre o meio ambiente organizados pelo próprio *Campus*. A avaliação e monitoramento das ações também é inexistente, não há nenhum banco de dados sobre as ações desenvolvidas, somente a produção da usina fotovoltaica é registrado, o que dificulta muito a mensuração da efetividade das ações desenvolvidas e, por conseguinte, o não cumprimento da A3P.

Também houve limitações para realização desse trabalho, pois todas as pessoas que estão na portaria da Comissão Central afirmaram não estarem mais trabalhando com o projeto e o site não está sendo atualizado, os arquivos são antigos, a maioria datando de 2015, o que reflete uma não conformidade para uma instituição que tem a responsabilidade socioambiental entre seus valores institucionais e oferta diversos cursos na área.

Percebeu-se que as comissões locais só se mobilizavam por meio da provocação da Comissão Central e, com isso já não ocorrem há certo tempo, as ações nos *Campi* também estão sendo secundárias às demandas diárias dos servidores.

Diante disso, e levando-se em consideração a situação pandêmica vivida, sugere-se que o *Campus* Nova Cruz organize a retomada das ações socioambientais, começando pela sensibilização dos servidores sobre a relevância de se trabalhar em um ambiente ecologicamente equilibrado para qualidade de vida de quem usufrui dele. Assim, será possível desenvolver ações com a participação de todos, como por exemplo, na comemoração do “Dia do meio ambiente”, “Dia da água”, oficinas de compostagem com

o lixo orgânico da cantina e refeitório, plantio de mudas, reutilização da água do ar-condicionado e outros. Tudo isso só será possível com o comprometimento da gestão e da comunidade para fazer valer a A3P e a Política socioambiental do IFRN.



REFERÊNCIAS

Brasil. (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico.

Brasil, Ministério do Meio Ambiente (MMA). *A3P-Agenda ambiental na administração pública*. Recuperado de http://www.recife.pe.gov.br/cidadaniaambiental/upload/pdf/material_adicional/Outros_textos_relevantes/Como_implantar_a_A3P_Cartilha_Ministerio_do_Meio_Ambiente.pdf

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Frey, K. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, (21), 211-259.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
IFRN. (201-?). *Gestão ambiental no IFRN: proposta de implantação Projeto Campus Verde*. Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/servidores/Campus-verde/projeto-sga>

Kruger, S. D., Freitas, C. L., Petri, S. M., & Pfitscher, E. D. (2011). Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior: Uma análise da aderência de uma Instituição de Ensino Superior Comunitária aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, 4(3), 44-62. Recuperado de <http://nemac.paginas.ufsc.br/files/2012/11/10-24879-81054-2-PB.pdf>.

Lopes, R. G., & Moura, L. R. (2015). Responsabilidade socioambiental: uma análise do projeto "Campus verde - gestão ambiental do IFRN". *Holos*, 3, 135-147.

Ribeiro, P. E. C. D., et al. (2015). Responsabilidade socioambiental nas organizações: uma medida de práticas organizacionais e endosso dos trabalhadores. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(1), 36-50.

Santos, C. A. R. (2014). *Gerenciamento integrado de resíduos sólidos na perspectiva das políticas públicas ambientais: um olhar na Universidade Federal de Sergipe - Campus São Cristóvão*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Pernambuco, Recife. Recuperado de http://www.files.scire.net.br/atrio/upegdls_upl//THESIS/73/dissertao_carlos_alberto.pdf

Tinoco, J. E. P., Kraemer, M. E. P. (2004). *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas.

Vergara, S. C. (2004). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. (5ª ed.). São Paulo: Ed. Atlas.